

Domingo

Teresina, 1º de novembro de 2015



DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.

 **WhatsApp**
(86) 98121-9514

Não esqueça de se identificar.

■ TCE-PI

Tribunal multa prefeitos que não pagam energia

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí firmou convênio com a Eletrobras Distribuidora Piauí para multar as prefeituras que não pagarem as contas de energia. A inadimplência dos gestores fica demonstrada na prestação de contas que é analisada pelo TCE-PI. Como exemplo temos o acórdão 1415/2015 que decidiu sobre a inadimplência do município de Jatobá do Piauí junto à companhia energética do Piauí, referente ao ano de 2012.

Por conta da dívida, houve uma representação da Eletrobras Piauí contra o Município de Jatobá, com a condenação e aplicação de multa no valor de 500 Unidades Fiscais de Referência (UFR-PI). A representação foi relatada pelo conselheiro substituto Delano Câmara contra o prefeito Alcides de Castro Macedo Neto. O relator considerou procedente a ação, tendo em vista que a inadimplência junto à Eletrobras não foi regularizada. As informações são da Divisão Técnica de Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal (DFAM).

A decisão da Primeira Câmara do TCE-PI foi unânime pela aplicação da multa ao gestor. O valor deve ser recolhido ao fundo de modernização do Tribunal de Contas do Estado, no prazo de 30 dias após o trânsito em julgado da decisão. Esse procedimento tem sido adotado pelos conselheiros do TCE-PI para todos os prefeitos inadimplentes com a Eletrobras Piauí. (LC)

Segunda-feira

Teresina, 2 de novembro de 2015



DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.

WhatsApp
(86) 98121-9514

Não esqueça de se identificar.

■ TERCEIRIZAÇÃO

Wellington recorre à Justiça para manter OS na gestão de hospitais

O governador defendeu que a terceirização é a melhor forma de resolver a falta de estrutura de hospitais como o de Picos

LUCIANO COELHO
REPÓRTER DE POLÍTICA

O governador Wellington Dias (PT) informou ao Diário do Povo que vai recorrer da decisão judicial que impede o uso de Organizações Sociais (OSs) para administrar hospitais públicos do Estado. O governador afirmou que considera esse o melhor modelo de gestão para os hospitais regionais do Piauí.

Wellington garantiu ainda que a mudança não trará nenhuma alteração nos postos de trabalho e que todos os funcionários continuarão trabalhando normalmente sob a nova administração. "Tudo está sendo feito com base em lei já existente. Estamos tratando sobre isso com segurança dos empregos e prevendo um bom resultado no atendimento", justificou.

Para o governador, a gestão por OS tem apresentado bons resultados em outros estados. É uma modalidade que tem dado certo em vários estados. "Nosso objetivo é melhorar os serviços prestados e ter um bom funcionamento dos hospitais", adiantou Wellington Dias, que ressaltou ainda que nos próximos dias estará recorrendo da decisão ao Judiciário, porque vai insistir no



Foto: Divulgação

O GOVERNADOR Wellington Dias afirmou que não desistirá das OSs nos hospitais e que irá à Justiça em breve

modelo de gestão terceirizada.

A Justiça proibiu o Governo do Estado de firmar parcerias com Organizações Sociais para gestão dos hospitais regionais. A decisão foi da juíza da 2ª Vara do Trabalho de Teresina, Elisabeth Rodrigues, acatando ao pedido do Ministério Público do Estado.

A Justiça do Trabalho intimou o Governo do Estado a comprovar, dentro de um prazo de 30 dias, que de fato recindiu o contrato firmado com a Organização Social Gestão e Humanização (IGH) para gestão do Hospital Regional Justino Luz, em Picos. A decisão da juíza determinou ainda a pena

de multa no valor de R\$ 500 mil em caso de descumprimento e mais R\$ 10 mil por cada dia de vigência do acordo.

No entendimento da juíza, "o Estado pretende transferir integralmente para o ente privado a gestão da atividade-fim de prestação de serviços públicos de saúde". Além disso, em seu parecer, ela afirma que "o contrato resultaria claramente em "fraude a direitos trabalhistas".

O Hospital Regional de Picos atende cerca de 500 mil habitantes distribuídos, em média, entre 50 cidades circunvizinhas e recebe do governo do estado R\$ 800 mil reais de re-

passo, que é insuficiente para atender a demanda. O Governo do Estado argumenta que transferir a gerência da casa de saúde para uma OS é a forma de solucionar o problema.

O hospital de Picos é o primeiro em que o Governo quer implantar a terceirização. Outros dois hospitais também já tiveram os seus processos iniciados, o Hospital Dirceu Arcoverde de Parnaíba e o Hospital Tibério Nunes de Floriano. Mas por recomendação do Tribunal de Contas do Estado, todos os processos de transferência de hospitais para OS no Estado devem ser suspensos.

Auditoria do TCE sobre hospital sai amanhã

O resultado da auditoria do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) sobre o processo de terceirização do Hospital Regional Justino Luz, localizado em Picos, 306 quilômetros de Teresina, sai amanhã. A informação foi confirmada pelo conselheiro do Tribunal, Kennedy Barros.

Kennedy, que é também o relator do processo no Tribunal, afirmou que a pesquisa de campo dos auditores junto ao Justino Luz já foi realizada. A expectativa do conselheiro é que amanhã ele esteja de posse do relatório da auditoria. "Eles já fizeram a pesquisa de campo, já fizeram o levantamento dos dados, mas eu não tenho ainda o resultado dos dados, mas na terça-feira, muito provavelmente, eu estarei de posse



Foto: Divulgação

CONSELHEIRO Kennedy Barros: "na terça-feira estarei com esses dados"

se deles", afirmou o relator.

A auditoria foi iniciada há duas semanas devido a indícios de irregularidades no processo de

transferência da administração do hospital para organização social vencedora do processo licitatório realizado pelo Governo

do Estado. A Organização Social (OS) Instituto de Gestão e Humanização (IGH), da Bahia, ganhadora da licitação, estaria com equipe atuando no Justino Luz antes mesmo que o processo oficial de transferência administrativo fosse concluído.

Os indícios de irregularidades foram apontados pelo Sindicato dos Médicos do Piauí (Simepi), que fez a denúncia junto ao TCE. Segundo o Simepi, uma outra ilegalidade observada foi a ausência da posição dos conselhos Municipal e Estadual de Saúde sobre a terceirização do hospital para a OS. O Sindicato afirma que os conselhos não foram ouvidos e que isso é uma exigência legal em procedimentos desse tipo. (CS)

LÍDER EM CREDIBILIDADE

O DIA



Arimatéia Azevedo
arimateia@portalaz.com.br
@arimateiazevedo



“Recessão técnica”

02/11/2015

Em tramitação desde quinta-feira, na Assembleia Legislativa do Estado, o projeto da Lei Orçamentária Anual para 2016 é, digamos assim, um choque de realidade. Na mensagem aos deputados estaduais, o governador Wellington Dias (PT) usou o termo “recessão técnica” para justificar uma queda nas transferências federais voluntárias ou na principal fonte de receita do Piauí, o Fundo de Participação dos Estados (FPE) está negativo. Em números absolutos, o FPE teve repasse R\$ 75,4 milhões até setembro de 2015, a comparação a igual período de 2014. O valor do orçamento estadual para 2016 é de R\$ 11,387 bilhões, mas estão previstos repasses para os municípios e o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica, de R\$ 2,153 bilhões, o que projeta receitas brutas em R\$ 9,331 bilhões. Nesse bolo devem ser consideradas as receitas de capital (como empréstimos, por exemplo), com crescimento de 28,3%. As receitas correntes, porém, só terão crescimento de 4,5% - que com uma inflação duas vezes maior representa zero ou menos de zero de expansão real. Com dinheiro a menos a pressões por maiores gastos batendo à porta, o governo avisou aos deputados estaduais que é preciso manter um ritmo de austeridade, com despesas cada vez mais controladas.

Contas

O TCE, com orçamento de R\$ 98,2 milhões neste ano, tem previsão de R\$ 101 milhões em 2016, ou seja, 2,85% a mais, indicando que um corte sem expansão real é bem difícil.

Terça-feira

Teresina, 3 de novembro de 2015



DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.

WhatsApp

(86) 98121-9514

Não esqueça de se identificar.

DEPÓSITOS JUDICIAIS

Suspensão de repasses coloca finanças do Estado em alerta

**O governador Wellington
Dias disse que a
suspensão pode
comprometer até o
pagamento dos servidores**

LUCIANO COELHO
REPÓRTER DE POLÍTICA

O governador Wellington Dias (PT) informou que vai reunir hoje a equipe econômica para avaliar como proceder sobre a suspensão dos repasses de depósitos judiciais. O Supremo Tribunal Federal (STF), por meio do ministro Teori Zavascki, determinou a suspensão do repasse dos depósitos judiciais para as contas dos governos estaduais. Com esta decisão, as finanças do Estado do Piauí voltam à condição de alerta, "podendo comprometer, inclusive, o pagamento da folha do funcionalismo", afirma o governador.

"Fomos surpreendidos e ainda vamos tratar sobre isso. É um dinheiro que está sendo usado e que será repostado, mas precisamos muito dele neste momento de crise", alertou Wellington.

De acordo com o governador, o dinheiro que foi até agora repassado para o Piauí, cerca de R\$ 55 milhões, já foi utilizado, mas a decisão do STF im-



Foto: Divulgação

O GOVERNADOR Wellington Dias se reunirá hoje com suas equipes econômica e jurídica para procurar soluções

pede novos repasses. O governador afirma que vai reunir a Procuradoria Geral do Estado (PGE), a Controladoria Geral do Estado (CGE), e as secretarias de Fazenda, Administração e Planejamento, para analisar as alternativas, no caso de não haver mais repasses dos depósitos judiciais.

A intenção do governador é recorrer da decisão para manter o uso dos depósitos judici-

ais. Ele explicou que o Estado apenas está utilizando recursos do depósito que estavam parados, dinheiro que depois vai ser repostado integralmente.

Wellington frisou que esse dinheiro fará muita falta aos cofres públicos porque reduz a capacidade financeira do Estado. Ele confirmou que isso afetará alguns serviços, e inclusive, a folha de pagamento, apesar do Governo está fazendo um caixa

para garantir o pagamento do 13º salário dos servidores.

O governador explicou ainda, que apesar dos recursos dos depósitos não estarem sendo usados para pagamento de pessoal, eles farão falta para os pagamentos e repasses para o custeio da Previdência e dívidas com a União. Ele advertiu que existe uma lei que garante o uso dos depósitos e que determina como pode ser utilizado esse dinheiro.

LÍDER EM CREDIBILIDADE

O DIA

TCE julga hoje contas e contratos que envolvem 21 prefeituras piauienses

A contratação da empresa Norte Sul Alimentos, proibida de assinar contratos pelo poder público

03/11/2015 08:53

 Curtir  Compartilhar  Tweetar  G+1



A Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Piauí aprecia nesta terça-feira (03) processos de prestação de contas e representações por improbidade administrativa envolvendo 21 prefeituras do Estado. A pauta de julgamento começa com o julgamento da prestação de contas da prefeitura de Coronel José Dias, referente ao ano de 2012.

Entre os julgamentos a serem realizados pelo TCE nesta terça-feira (03), está uma representação contra a Prefeitura de Massapê do Piauí. De acordo com a denúncia, a prefeita Luísa Cecília fechou contrato com a empresa Norte Sul Alimentos, proibida de assinar contratos pelo poder público, devido uma condenação da empresa na Justiça Federal.

A contratação da empresa é o mesmo motivo de uma representação semelhante contra contratos entre a Norte Sul Alimentos e as Prefeituras de São João do Arraial, Beneditinos, Monsenhor Gil, Novo Santo Antônio e Bom Jesus. O relator dos processos é o conselheiro Kennedy Barros. As ações foram impetradas pelo Ministério Público de Contas e por empresários.

Também estão na pauta, julgamentos das prefeituras de Curimatá, Corrente, Caracol, Bocaina, Nossa Senhora de Nazaré, José de Freitas, Jaicós, Altos, Cabeceiras, Lagoa do Piauí, Miguel Alves, Barra D'Alcântara, Nossa Senhora dos Remédios, Monsenhor Hipólito e São Gonçalo do Piauí.

Por: João Magalhães - Jomal O DIA



Gestão 2008/2012 complicada - 01/11/2015 às 09h09

TCE recebe 4 denúncias contra ex-prefeita de João Costa

ALADINHA É ACUSADA de irregularidades com licitação, atraso nos pagamentos, e mais

Curtir 11

Tweet 0

G+ 0

Compartilhar



O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) julgou procedente quatro denúncias protocoladas contra a ex-prefeita da cidade de João Costa, Alaíde Gomes Neta, conhecida na região como Alaidinha.

DENÚNCIAS GRAVES

A primeira denúncia (TC-E-043524/2012) foi feita pelo prefeito eleito em 2012 Gilson Castro de Assis, e versa sobre a ausência de Alaíde Gomes da Prefeitura Municipal após o resultado das eleições; abandono da sede da Prefeitura; saques em equipamentos de material permanente; atraso no pagamento dos salários dos servidores; bem como o não atendimento das solicitações de acesso a documentos requeridos pela comissão de transição, ao mesmo tempo em que foi solicitado o bloqueio das contas municipais e a realização de auditoria na Prefeitura.



FALTA DE COMPROMISSO

A segunda denúncia (TC/05841/2013) apresentada foi feita pelo vereador João Batista de Assis Costa e é oriunda de um Relatório de Transição de Governo, que foi feito pela equipe do prefeito Gil Castro. O objetivo do relatório foi demonstrar a situação encontrada no município e

apontar supostas irregularidades perpetradas pela gestão anterior Alaíde Gomes Neta. Destaca o documento a falta de compromisso da gestora anterior em adotar as providências necessárias à realização da transição.

FALHA EM LICITAÇÕES

A terceira denúncia (TC/016235/2013) também foi apresentada pelo vereador João Batista de Assis Costa e também surgiu após o relatório de transição de governo. Ele afirma que a Prefeitura Municipal de João Costa não finalizou nenhum procedimento licitatório no exercício de 2012, bem como nos exercícios anteriores de 2010 e 2011.

IRREGULARIDADES EM CONCURSO

A quarta denúncia contra a ex-gestora é uma Representação (TC/17191/2012) feita pelo Ministério Público de Contas e tem como objeto investigar supostas irregularidades apontadas na realização de concurso unificado promovido pela Associação Piauiense dos Municípios (APPM), com objetivo de preencher cargos efetivos no Município supracitado.

PROCURADOR DE JUSTIÇA CITADO

O procurador de Justiça do Ministério Público Estadual da Comarca deverá ser comunicado para tomar as providências cabíveis em relação ao citado processo de prestação de contas.

DEFESA

Norberto Campelo, agora Conselheiro do CNJ, figura no processo como advogado de defesa junto com advogada Lenora Conceição Lopes.

Publicado Por: Daniel Silva



Aplicação de multa - 02/11/2015 às 14h04

TCE-PI CONDENA prefeito e 4 gestores de Assunção do PI

ÓRGÃO DE CONTROLE reprovou contas após encontrar falhas em recursos do FUNDEB



Educação, sendo suas contas no período de 01/10/11 à 31/12/11 consideradas irregulares no referido ano de 2011

Já Isabel Mendes de Macedo e Manoel Fábio Beserra de Sousa tiveram as contas de gestão da FMAS e da Câmara Municipal respectivamente julgadas regulares, mas com ressalvas tendo o TCE-PI aplicado a sanção de multa.

O relator do processo foi o conselheiro Alisson Araújo. O advogado de defesa foi Tiago José Feitosa de Sá.

Publicado Por: Daniel Silva

O prefeito de Assunção do Piauí em 2011 Gabriel Mendes Lopes (PMDB) teve as contas de governo (TC-E-017655/12) reprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI).

O gestor também teve julgadas irregulares suas contas de gestão do exercício 2011, sendo ainda condenado ao pagamento de multa.

OUTRAS CONDENAÇÕES

A gestora Francisca Alves Pereira, que administrou os recursos do FUNDEB, verba destinada especificamente para a educação, também foi condenada ao pagamento de multa por ter as contas consideradas irregulares. A sanção se refere à gestão no período de 01/01/11 à 30/09/11. Francisca Alves também vai pagar multa por má gestão frente a Secretaria de Educação, sendo suas contas no período de 01/01/11 à 30/09/11 consideradas irregulares no referido ano de 2011

Lucélia Alves Mota Lacerda, que geriu os recursos de 01/10/11 à 31/12/11 também foi condenada e vai pagar multa porque o TCE-PI julgou irregulares suas contas. Lucélia Alves também vai pagar multa por má gestão frente a Secretaria de






Parceria TCE e Segurança - 02/11/2015 às 11h27

Polícia Civil prepara operação no PI e tem como principal alvo, corrupção

 Curtir 22

 Tweet 0

 G+ 0

 Compartilhar  

Conheça as atitudes de pessoas de sucesso!



A ação envolveria "tudo", ou seja, outros crimes, segundo a fonte.

- TCE e Secretaria de Segurança se unem na caça aos corruptos do Piauí

Blogueiro: Rômulo Rocha

Publicado Por: Rômulo Rocha

É provável que nos próximos dias ocorra no Piauí uma operação da Polícia Civil que envolve além de outras ações o combate à corrupção no estado.

Essa operação seria fruto da parceria para troca de informações assinada recentemente entre o Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE) e a Secretaria de Segurança do Estado.

Algo quando é anunciado assim no Piauí, faz muita gente tremer. Quando se trata de dinheiro público, aqui, como vem detectando o Blog Bastidores, quem consegue meter a mão, o faz com as duas e ainda chama a família.



Condenação da Justiça Federal - 03/11/2015 às 08h04

21 prefeituras piauienses serão julgadas pelo TCE por causa de contratos

 Curtir  Tweet  G+1  Compartilhar  

O manual para quem quer vencer na vida



De acordo com informações publicadas no jornal O Dia desta terça-feira (03/11), o Tribunal de Contas do Estado do Piauí aprecia nesta terça (03), processos de prestação de contas e representações por improbidade administrativa envolvendo 21 prefeituras.

Alguns julgamentos são referentes a contratos com a empresa Norte Sul Alimentos, proibida de assinar contratos pelo poder público, devido uma condenação da empresa na Justiça Federal.

Estão na pauta as prefeituras de São João do Arraial, Beneditinos, Monsenhor Gil, Novo Santo Antônio,

Bom Jesus, Coronel José Dias, Curimatá, Corrente, Caracol, Bocaina, Nossa Senhora de Nazaré, José de Freitas, Jaicós, Altos, Cabeceiras, Lagoa do Piauí, Miguel Alves, Barra D'Alcântara, Nossa Senhora dos Remédios, Monsenhor Hipólito e São Gonçalo do Piauí.

Fonte: Com informações do jornal O Dia
Publicado Por: Jhone Sousa